

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E INOVAÇÃO

INSTITUTO POLITÉCNICO DE PORTALEGRE

## PROGRAMA DO CONCURSO

### Concurso Público

Proc. CPb\_ASESFE\_174/IPP/2025

**“Prestação de Serviços de Engenharia de Suporte para Funcionamento de Eletrolisador SOEC no âmbito do Projeto HYFUELUP”**

INSTITUTO POLITÉCNICO DE PORTALEGRE

*PRAÇA DO MUNICÍPIO, N.º 11*

7300-110 Portalegre

Telefone nº 245301500

Telefax nº 245330353

email: [geral@ipportalegre.pt](mailto:geral@ipportalegre.pt)

**maio\_2025**



#### Cláusula 1.ª

##### **Identificação do procedimento**

1 -O presente procedimento tem por objeto a **“Prestação de Serviços de Engenharia de Suporte para Funcionamento de Eletrolisador SOEC no âmbito do Projeto HYFUELUP”**, cujas características e especificações técnicas se definem no caderno de encargos.

2 - O objeto do procedimento insere-se na categoria **71350000-6 – Serviços técnicos e científicos relacionados com a engenharia**, de acordo com o disposto no Regulamento (CE) n.º 213/2008, do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao vocabulário comum para concursos públicos, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial das Comunidades Europeias n.º L 74/2 de 15 de março de 2008.

#### Cláusula 2.ª

##### **Fundamentação da escolha do procedimento**

O presente procedimento para a seleção de propostas para a aquisição dos serviços referidos na cláusula anterior reveste a forma de concurso público, com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE), ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º, e artigos 130.º e seguintes, do Código dos Contratos Públicos (doravante designado por “CCP”), republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua atual redação, e será integralmente disponibilizado a todos os interessados, na plataforma eletrónica de contratação pública, acessível através do portal <http://www.acingov.pt>, mediante registo.

#### Cláusula 3.ª

##### **Entidade Adjudicante**

A Entidade Adjudicante é o Instituto Politécnico de Portalegre, abreviadamente designado por IPP sito na Praça do Município n.º 11, 7300-110 Portalegre, número de identificação fiscal 600 028 348, com o número de telefone (+351) 245 301 500 e número de fax (+351) 245 330 353 e com o endereço de correio eletrónico [geral@ipportalegre.pt](mailto:geral@ipportalegre.pt)

#### Cláusula 4.ª

##### **Órgão que tomou a decisão de contratar**

A decisão de contratar, nos termos do art.º 36.º do CCP, foi tomada pelo Presidente do Instituto Politécnico de Portalegre, no exercício de competências subdelegadas por Sua Exa. o Ministro da Educação, Ciência e Inovação, através do Despacho n.º 5845/2024 de 16 de maio, publicado no D.R., 2.ª Série, n.º 100, de 23 de maio de 2024.

#### Cláusula 5.ª

##### **Acesso às peças de procedimento**

1. O Programa do Concurso e o Caderno de Encargos do presente procedimento encontram-se nos Serviços de Aquisições e Aprovisionamento do Instituto Politécnico de Portalegre, sita na Praça do Município, n.º 11 –



7300-110 Portalegre, onde podem ser consultados, das 9:00 às 12:30 e das 14:00 às 17:30, desde o dia da publicação do anúncio no D.R. até ao termo do prazo fixado para a apresentação de propostas.

2. As peças de concurso serão igualmente disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública no endereço: <http://www.acingov.pt>, desde o dia da publicação do anúncio.

#### Cláusula 6.ª

##### **Concorrentes e Impedimentos**

Não podem ser candidatos, concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que se encontrem em qualquer das situações previstas no artigo 55.º do CCP.

#### Cláusula 7.ª

##### **Agrupamentos**

1. Podem ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
2. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser simultaneamente concorrentes no mesmo procedimento, nos termos do disposto nos artigos 52º ou 53º do CCP, nem integrar outro agrupamento concorrente.
3. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
4. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo.

#### Cláusula 8.ª

##### ***Esclarecimentos, retificação e alteração das peças do procedimento***

1 - No primeiro terço do prazo fixado para apresentação das propostas, os interessados podem solicitar, por escrito, ao Presidente do Júri do Procedimento, os esclarecimentos necessários á boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, através da plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov, com o endereço eletrónico <https://www.acingov.pt> através da ferramenta de Gestão de Mensagens.

2 - No mesmo prazo devem os interessados apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados, por escrito através da plataforma referida no número anterior.

3 - Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, devem ser prestados pelo Júri do Procedimento os esclarecimentos solicitados, podendo, no mesmo prazo, o órgão competente para



a decisão de contratar pronunciar-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, nos termos do artigo 50.º do CCP.

4 - Os esclarecimentos, as retificações e os erros e omissões aceites fazem parte integrante das peças do procedimento e prevalecem sobre estas em caso de divergência, conforme o disposto no n.º 9, do artigo 50.º do CCP.

#### Cláusula 9.ª

##### ***Documentos que constituem a proposta***

A proposta é constituída pelos seguintes documentos:

1 – Declarações do concorrente:

1.1 -Documento Europeu Único de Contratação Pública (doravante designado por “**DEUCP**”) nos termos do n.º 6 do art.º 57 do CCP;

1.2 – Declaração do concorrente elaborada em conformidade com o modelo constante do **ANEXO I** ao presente Programa do Procedimento, de que não se encontra abrangida pela previsão constante do n.º 3 do art.º 69.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro, e constante no anexo do Despacho n.º 6472/2015 de 11 de junho;

1.3 - Estas declarações devem ser assinadas, pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, as declarações referidas devem ser assinadas pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.

2 - Documentos que em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar:

a) Proposta com indicação de preços que deve indicar:

- i. Preços unitários e global sem o valor do IVA;
- ii. A taxa de IVA, se aplicável.

b) O prazo de execução dos serviços.

3 – Documentos necessários para efeitos de avaliação da proposta, respeitantes aos **Critérios Carácter Técnico (CCT)** e **Critérios Avaliação Qualitativa (CAQ)**, referidos nas alíneas b) e c) do **ANEXO III**, do Programa do Concurso, nomeadamente os seguintes:

- a) Documentos comprovativos da execução de projetos/trabalhos na integração de equipamentos/componentes em processos de produção de gases renováveis,



- b) Documentos comprovativos da execução de projetos/trabalhos no desenvolvimento de sistemas/tecnologias de limpeza de gases renováveis, a partir de processos termoquímicos, para garantir que tenham uma qualidade específica;
- c) Documentos comprovativos da execução de projetos/trabalhos na integração de sistemas/tecnologias de limpeza de gases renováveis em processos termoquímicos.

4 – Os documentos mencionados nas alíneas do número anterior, apenas serão considerados para efeitos de avaliação, quando evidenciem de forma clara e inequívoca, as atividades concretas desenvolvidas, como por exemplo, projetos de execução adjudicados, patentes, artigos publicados, referência a projetos financiados, entre outros, que se considerem relevantes para os devidos efeitos.

5 - A não entrega de qualquer documento constituinte da proposta, nomeadamente constantes nos n.º 1; 2 e 3 da presente cláusula, constitui motivo de exclusão da proposta.

6 – Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis para os efeitos do disposto no n.º 2, 3 e 4 da presente cláusula.

7 - Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre os mesmos, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.

8 - Cada documento da proposta deverá constituir um ficheiro autónomo.

#### Cláusula 10.ª

##### **Idioma dos documentos da proposta**

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, nos termos do art.º 58.º do CCP.

#### Cláusula 11.ª

##### **Prazo e modo de apresentação das propostas**

1 - Os documentos que constituem a proposta deverão ser apresentados através da plataforma eletrónica <http://www.acingov.pt>, até às **23:59 horas do 30.º dia** contado da data do envio do anúncio para publicitação no Diário da República.

2 - Os concorrentes devem prever o tempo necessário para a inserção dos documentos, bem como para a sua assinatura eletrónica qualificada, em função do tipo de acesso à internet de que dispõem, uma vez que só são admitidas a concurso as propostas que tenham sido assinadas e recebidas até à data referida no n.º 1 da presente cláusula.

3 - O prazo fixado para a apresentação das propostas pode ser prorrogado:

- a) A pedido dos interessados e em casos devidamente fundamentados;
- b) Quando as retificações ou os esclarecimentos sejam comunicados para além do prazo estabelecido para o efeito, no mínimo, pelo período equivalente ao do atraso verificado;



c) Quando as retificações ou a aceitação dos erros ou de omissões impliquem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, no mínimo, pelo período equivalente ao tempo decorrido desde o início do prazo fixado para a apresentação das propostas até à comunicação das retificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros ou de omissões.

4 - A prorrogação de prazo prevista no número anterior beneficia todos os interessados.

5 - Todos os documentos que constituem as propostas devem ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos previstos na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, sob pena de exclusão da proposta.

6 - Nos casos em que o certificado digital não possa associar o assinante com a sua função e poder de assinatura, o concorrente deve submeter na plataforma eletrónica um documento indicando o poder de representação (nomeadamente certidão permanente atualizada onde conste os poderes para representar ou procuração).

#### Cláusula 12.ª

##### ***Preço base do procedimento***

1 - O preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução do objeto do contrato a celebrar, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do caderno de encargos é de **250.000,00€** (duzentos e cinquenta mil euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, se aplicável.

2 - O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os relativos a deslocações, alojamento, alimentação e todos os materiais e componentes necessários para a adequada prestação de serviços objeto do procedimento, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

3 - O preço base do procedimento foi definido na sequência da consulta preliminar efetuada nos termos do art.º 35-º-A do CCP.

#### Cláusula 13.ª

##### ***Critério de adjudicação***

1 - A adjudicação será feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada através da modalidade multifator, de acordo com a qual o critério de adjudicação é densificado por um conjunto de fatores e eventuais subfactores, correspondentes a diversos aspetos da execução do contrato a celebrar, de acordo com a alínea a), do n.º 1 do artigo 74º do CCP, na sua atual redação.

2 - Os concorrentes serão classificados por ordem decrescente da pontuação final obtida (PF), pelos fatores de apreciação que se seguem e constantes do **Anexo III**, do presente Programa do Concurso:

A valoração das propostas será calculada através da seguinte fórmula:

$$PF = 60\% P + 30\% CCT + 10\% CAQ$$



Sendo:

- a) Fator Preço (P), com a ponderação de 60%, considerando a seguinte fórmula:  
 **$(PB-PP)/PB*100$**   
- PB: Preço Base  
- PP: Preço da Proposta
- b) Fator Critérios Carácter Técnico (CCT), com a ponderação de 30%, considerando a seguinte fórmula:  
 **$(C/CM)*100$**   
- C: Classificação  
- CM: Classificação Máxima = 150
- c) Fator Critérios Avaliação Qualitativa (CAQ), com a ponderação de 10%, considerando a seguinte fórmula.  
 **$(C/CM)*100$**   
- C: Classificação  
- CM: Classificação Máxima = 45

Cláusula 14.<sup>a</sup>

***Desempate***

1. Caso se verifique empate da pontuação das propostas, o desempate será feito utilizando os seguintes critérios:
- a) Nos termos do disposto na alínea b), do n.º 5 do artigo 74.º do CCP, por ordem decrescente de ponderação dos respetivos fatores densificadores, ou seja, dos critérios estabelecidos definidos para avaliação das propostas;
- b) Prazo de execução dos serviços;
- c) Sorteio:
- O sorteio será realizado, em data e hora a definir, na sede da entidade adjudicante;
  - Os concorrentes serão notificados da data e hora da realização do sorteio, com a antecedência mínima de três dias úteis;
  - O sorteio é realizado presencialmente, nele participando os membros efetivos do Júri do Procedimento e os concorrentes (ou um representante dos mesmos), os quais deverão apresentar os seus documentos de identificação e respetiva credencial que lhes confira os necessários poderes de representação;
  - Serão colocados em “urna” transparente, em envelopes fechados, os nomes das entidades empatadas e presentes no sorteio;
  - Serão retirados os envelopes, os quais serão abertos, identificando o nome das entidades, numerando-as e ordenando-as por ordem de extração;
  - A não comparência dos concorrentes (ou dos representantes dos mesmos), constitui motivo de exclusão.



- Do sorteio será lavrada ata, assinada pelos membros do Júri do Procedimento e concorrentes presentes ou pelos seus representantes.

2. Os critérios de desempate foram elencados por ordem de aplicação. Verificando-se o desempate não será aplicado o critério seguinte.

Cláusula 15.ª

***Propostas variantes***

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

Cláusula 16.ª

***Negociação das propostas***

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

Cláusula 17.ª

***Prazo para manutenção das propostas***

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data do termo do prazo fixado para apresentação dessas propostas.

Cláusula 18.ª

***Adjudações por lotes***

Não aplicável.

Cláusula 19.ª

***Caução***

A caução não é exigida ao abrigo do disposto no n.º 2 do art.º 88.º do CCP.

Cláusula 20.ª

***Documentos de habilitação a apresentar pelo adjudicatário***

Para celebração do contrato o adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:

1 - Declaração emitida conforme modelo constante do **Anexo II** do CCP.

2 - Documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do art.º 55.º do Código dos Contratos Públicos:





- a) Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 55.º do CCP;
- b) Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do art.º 55.º do CCP;
- c) Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do n.º 1 do art.º 55.º do CCP, não bastando a apresentação de certidões em número equivalente ao das pessoas com poderes para obrigar a sociedade.

3 Certidão Permanente com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para consulta *online*.

4 - Documento comprovativo de registo no Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE), de acordo com o disposto no Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo (RJRCBE), na sua redação atual, caso essa exigência legal lhe seja aplicável.

5 - Quando pela sua natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, considera-se suficiente a sua apresentação sem necessidade de tradução, de acordo com o previsto na parte final da alínea c) do n.º 1 do art.º 86.º do CCP, na sua redação atual.

6 - O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste do programa do procedimento, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe o prazo para o efeito.

#### Cláusula 21.ª

##### ***Prazo para a apresentação dos documentos de habilitação***

1 - O prazo para entrega dos documentos de habilitação é de 5 (cinco) dias úteis, após a notificação da decisão de adjudicação.

2 - A não apresentação de algum dos documentos de habilitação, implica a caducidade da adjudicação, conforme previsto no art.º 86.º do CCP.

3 - Sendo declarada a caducidade da adjudicação, a entidade adjudicante adjudicará a proposta que tenha sido ordenada em lugar subsequente.



#### Cláusula 22.<sup>a</sup>

##### **Prazo para supressão de irregularidades**

Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário, será concedido um prazo adicional de 2 (dois) dias úteis destinado ao seu suprimento, de acordo com o previsto na alínea g), do n.º 1, do artigo 132.º do CCP.

#### Cláusula 23.<sup>a</sup>

##### **Causas de não adjudicação**

Não haverá lugar à adjudicação quando se verifique uma das causas previstas no artigo 79.º do CCP.

#### Cláusula 24.<sup>a</sup>

##### **Possibilidade de adoção do ajuste direto**

A entidade adjudicante reserva-se a possibilidade de realizar um procedimento de ajuste direto para a aquisição do objeto do presente procedimento, nos termos do disposto no artigo 24.º do CCP.

#### Clausula 25.<sup>a</sup>

##### **Aceitação da minuta do contrato**

1. A minuta do contrato a celebrar é enviada ao adjudicatário, para aceitação, juntamente com a notificação de adjudicação.
2. A minuta do contrato e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias úteis subsequentes à respetiva notificação.

#### Cláusula 26.<sup>a</sup>

##### **Reclamações da minuta**

1. As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 5, do artigo 96.º, do CCP, ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
2. No prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o adjudicatário da sua decisão.
3. Decorrido o prazo fixado no número anterior sem que o órgão que aprovou a minuta do contrato se pronuncie sobre a reclamação apresentada, considera-se que a mesma foi rejeitada.



Cláusula 27.ª

**Prevalência**

Em caso de divergência entre documentos do procedimento a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados no n.º 2 do art.º 96.º do CCP.

Cláusula 28.ª

**Falsidade de documentos e declarações**

Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento penal, a falsificação de documentos ou a prestação culposa de falsas declarações determina, consoante o caso, a respetiva exclusão do concorrente em causa e dos atos subsequentes.

Cláusula 29.ª

**Financiamento**

A contratação da prestação de serviços enquadra-se no âmbito do projeto “HYFUELUP - Hybrid Biomethane Production From Integrated Biomass Conversion”, com o código 101084148, financiado pela Comissão Europeia programa Horizonte Europa.

Cláusula 30.ª

**Legislação aplicável**

A todas as situações que não estejam previstas, aplica-se o regime constante do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto, na sua redação atual e demais legislação aplicável.

Cláusula 31.ª

**Foro Competente**

Para a resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 32.ª

**Ética e Responsabilidade Social**

O adjudicatário compromete-se a respeitar os Princípios de Qualidade e de Responsabilidade Social da Entidade Adjudicante, bem como o seu Código de Ética, disponíveis em <https://www.ipportalegre.pt/pt/sobre-nos/qualidade/sistema-de-gestao-da-responsabilidade-social/>



Instituto Politécnico de Portalegre, 05 de maio de 2025

P<sup>r</sup> Presidente,



## ANEXO I

### Modelo de declaração

(a que se refere o n.º 4 do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro, e constante no anexo do Despacho n.º 6472/2015 de 11 de junho)

1 - Para efeitos do disposto no artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA)... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de (1)... [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], prestadora de serviços no âmbito do procedimento... [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra abrangida pela previsão constante do n.º 3 do artigo 69.º

2 - O declarante tem pleno conhecimento que a violação do disposto nos n.os 3 a 5 do artigo 69.º do citado diploma legal implica, a anulação dos atos ou contratos em que tenham intervindo titulares de órgãos ou agentes impedidos, sem prejuízo do dever de indemnização da Administração Pública e terceiros de boa-fé pelos danos resultantes da anulação do ato ou contrato.

... [local],... [data],... [assinatura].



## ANEXO II

### Modelo de declaração

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º)

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)...(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos

2 - O declarante junta em anexo [ou indica... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3) os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

(local), ... (data), ... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão “a sua representada”

(5) Nos termos do disposto nos n.º 4 e 5 do artigo 57.º



### ANEXO III

(A que se referem o n.º 1 e 2 da Cláusula 13.ª – “Critério de adjudicação”, do Programa do Concurso)

$$PF = 60\% P + 30\% AT + 10\% CA$$

Sendo:

- a) Fator Preço (P), com a ponderação de 60%, considerando a seguinte fórmula:  
 **$(PB-PP)/PB \cdot 100$**   
 - PB: Preço Base  
 - PP: Preço da Proposta
- b) Fator Critérios Caráter Técnico (CCT), com a ponderação de 30%, considerando a seguinte fórmula:  
 **$(C/CM) \cdot 100$**   
 - C: Classificação  
 - CM: Classificação Máxima = 150

CRITÉRIOS CARÁTER TÉCNICO (CCT)		
Documentação comprovativa	PONTOS	
Apresenta documentos comprovativos da execução de mais de 5 projetos/trabalhos na integração de equipamentos/componentes em processos de produção de gases renováveis	50	50
Apresenta documentos comprovativos da execução de 1 a 5 projetos/trabalhos na integração de equipamentos/componentes em processos de produção de gases renováveis	10	
Não apresenta documentos comprovativos da execução de projetos/trabalhos na integração de equipamentos/componentes em processos de produção de gases renováveis	0	
	PONTOS	
Apresenta documentos comprovativos da execução de mais de 5 projetos/trabalhos no desenvolvimento de sistemas/tecnologias de limpeza de gases renováveis, a partir de processos termoquímicos, para garantir que tenham uma qualidade específica	50	50
Apresenta documentos comprovativos da execução de 1 a 5 projetos/trabalhos no desenvolvimento de sistemas/tecnologias de limpeza de gases renováveis, a partir de processos termoquímicos, para garantir que tenham uma qualidade específica	10	
Não apresenta documentos comprovativos da execução de projetos/trabalhos no desenvolvimento de sistemas/tecnologias de limpeza de gases renováveis, a partir de processos termoquímicos, para garantir que tenham uma qualidade específica	0	
	PONTOS	
Apresenta documentos comprovativos da execução de mais de 5 projetos/trabalhos na integração de sistemas/tecnologias de limpeza de gases renováveis em processos termoquímicos	50	50
Apresenta documentos comprovativos da execução de 1 a 5 projetos/trabalhos na integração de sistemas/tecnologias de limpeza de gases renováveis em processos termoquímicos	10	
Não apresenta documentos comprovativos da execução de projetos/trabalhos na integração de sistemas/tecnologias de limpeza de gases renováveis em processos termoquímicos	0	
Máximo pontos		150



- c) Fator Critérios Avaliação Qualitativa (CAQ), com a ponderação de 10%, considerando a seguinte fórmula.

-  $(C/CM)*100$

C: Classificação

- CM: Classificação Máxima = 45

CRITÉRIOS AVALIAÇÃO QUALITATIVA (CAQ)		
	PONTOS	
Os projetos/trabalhos evidenciados pelos documentos apresentados são inovadores	15	45
Os projetos/trabalhos evidenciados pelos documentos apresentados não são inovadores	0	
Os projetos/trabalhos evidenciados apresentam qualidade	15	
Os projetos/trabalhos evidenciados não apresentam qualidade	0	
Os projetos/trabalhos evidenciados adequam-se aos objetivos da prestação de serviços objeto do procedimento, no âmbito do projeto	15	
Os projetos/trabalhos evidenciados não se adequam aos objetivos da prestação de serviços objeto do procedimento, no âmbito do projeto	0	
Máximo de pontos		45

